

A C Ó R D ã O Nº 8.837

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 12.963.2009-10-TCE (C/ 02 Volumes e 11 Anexos)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Assistência Social – SAS, exercício de 2008.
RESPONSÁVEIS: Senhoras **Maria das Graças Alves Pereira** e **Laura Keiko Sakai Okamura**
RELATORA: Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Prestação de Contas. Secretaria de Estado de Assistência Social. Ausência do devido acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos recebidos pelas entidades não governamentais. não apresentação de prestação de contas de cinco convênios firmados durante o exercício. Irregularidade. Cientificação das responsáveis acerca das ressalvas destacadas nas alíneas *a*, *b*, *c* e *d*. Multa às gestoras, prevista no artigo 89, inciso II, da LCE n. 38/93 combinado com o artigo 139, inciso II, da Resolução-TCE n. 30/96. Abertura de Tomada de Contas Especial, nos termos do artigo 44, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, com o voto de desempate do Presidente: **1) considerar irregular** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Assistência Social – SAS, relativa ao exercício orçamentário e financeiro de 2008, de responsabilidade de suas Gestoras, a Senhora **Maria das Graças Alves Pereira**, nos termos do art. 51, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 38/93, em razão da ausência do devido acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos recebidos pelas entidades não governamentais, e a Senhora **Laura Keiko Sakai Okamura**, tendo em vista a não apresentação de prestação de contas de cinco convênios firmados durante o exercício, no valor total de **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais); **2) cientificar** as Responsáveis acerca das ressalvas destacadas: **a)** divergência no saldo das contas do almoxarifado e bens móveis apresentado no Anexo 2 (despesas segundo as categorias econômicas) e na DVP; **b)** ausência de envio do inventário de bens móveis e imóveis; **c)** inconsistência na relação de material de consumo; e **d)** não encaminhamento dos atos de nomeação e exoneração dos encarregados pelos setores de contabilidade e do almoxarifado; **3) fixar multa** às então Gestoras, Senhoras **Maria das Graças Alves Pereira** e **Laura Keiko Sakai Okamura**, prevista no artigo 89, inciso II, da LCE n. 38/93 combinado com o artigo 139, inciso II, da Resolução-TCE n. 30/96, no valor equivalente a **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), **para cada uma**, em razão das irregularidades e ressalvas descritas nas alíneas “a” e “b”, respectivamente, considerando o efeito pedagógico, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no prazo de **30 (trinta) dias**. Na hipótese de descumprimento, deverá ser procedida sua cobrança pela via judicial, nos termos dos artigos 23, inciso III, e 63, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93; e **4) abrir Tomada de**

(A C Ó R D Ã O Nº 8.837 – FL. 02 de 02)

Contas Especial, nos termos do artigo 44, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, para que seja apurada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social a destinação dos recursos repassados por força dos Convênios nºs 12, 13, 24, 44 e 45, procedendo-se à responsabilização do(s) conveniente(s), se for o caso, bem como apreciar as prestações de contas dos Convênios nºs 4, 9, 10, 15, 26, 27, 29, 31, 43, 46 e 48, levando-se em conta a vedação prevista no artigo 8º, inciso VII, da Instrução Normativa STN n. 01/97, de tudo dando ciência a esta Corte de Contas, no prazo de **120 (cento e vinte) dias**. Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento dos autos. **Divergiram em parte os Conselheiros Antonio Cristovão Correia de Messias e Antônio Jorge Malheiro e a Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos**, que votaram pela condenação das Gestoras à devolução do valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em função da não prestação de contas dos recursos repassados à entidades não governamentais.....

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 24 de abril de 2014

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/ACRE

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC